

Editorial

O que a ministra diz não deve importar!?

Adelina Precatado

O que a ministra diz não deve importar!? Esta frase espantosa, que ouvimos directamente na RTP 2, dita pela Ministra da Educação e publicada pelo Jornal *Público*, causou-me perplexidade. O que quererá dizer com ela uma Ministra da Educação?

A verdade é que o que a Ministra tem dito e publicado em despachos, editais, *powerpoints*, convocatórias de serviços *mínimos* e fundamentalmente na comunicação social, talvez não importe mas que tem consequências tem e na minha perspectiva não são as melhores.

Não fazemos todos o mesmo diagnóstico da escola pública que temos, não propomos todos as mesmas medidas, mas, muitos de nós, sabemos que ela não funciona bem, sabemos que não funciona como gostávamos que funcionasse. Muitos de nós concordamos que os *furos* para os alunos não fazem sentido, que o ambiente de trabalho e a disciplina, na escola e nas aulas, são fundamentais para o sucesso, que é preciso parar o abandono escolar, que a organização da escola e da aula tem que ser melhorada, que nós próprios, individual ou colectivamente, podíamos fazer melhor ... Mas, também sabemos que não foram poucas as vezes em que nos empenhámos, discutimos, imaginámos soluções, trabalhámos muito, para além das tão referidas 35 horas, e que também tantas vezes, um decreto, um despacho ou uma simples ordem de serviço, de um ministro, anulou tudo ou quase tudo o que fizemos ...

Não se pode invocar a autonomia da escola para dizer que as escolas e os professores podiam mas não fizeram e no mesmo instante decretar centralmente, por despacho, passo a passo o que eles têm que fazer, mesmo que já fora de prazo, e depois de as escolas terem outros planos em andamento ... Esvazia-se a actuação dos Conselhos Pedagógicos e Executivos e, ao mesmo tempo, sufocam-se com questões quase só burocráticas. Estes processos matam a dinâmica das escolas.

Não se pode defender a necessidade do trabalho colaborativo e apresentar uma proposta de estatuto que fomenta a competição desenfreada, o individualismo, o atropelo ..., duas carreiras hierarquizadas, acesso a titular por um processo externo, desligado da escola e académico e só ao fim (na melhor das hipóteses) de 18 anos, um processo de avaliação anual, por quotas, impraticável e em alguns aspectos ridículo como sejam a avaliação pelo resultado de exames ou pelos pais, um desrespeito por direitos essenciais como sejam as faltas por licença de maternidade ou paternidade, por acidente de trabalho, etc., etc..

Há no interior das escolas problemas por resolver, turmas cheias de alunos com problemas de aprendizagem, com desejo de conhecer, de estudar. Esse é que é o estímulo e a alma do trabalho dos professores. O que a ministra diz não deve importar.

[Ministra da Educação, Público de 4 de Junho de 2006]

Este ministério da educação, apesar de algumas preocupações que manifesta e até de algumas medidas que preconiza poderem ser justas, tem seguido um caminho completamente errado, diria mesmo catastrófico. A sua actuação, intencional ou não, tem contribuído para descredibilizar, a toda a hora, a escola pública, o seu discurso tem atribuído quase exclusivamente aos professores e às escolas as culpas dos erros das políticas de educação seguidas por sucessivos governos.

Esta atitude ajudará o Ministério a impor um estatuto que talvez permita poupar algum dinheiro mas que desvaloriza ainda mais a profissão de professor. Já se pensou nas suas consequências para a educação dos portugueses?

Na minha perspectiva, acima de tudo, está a dar-se força aos que defendem a privatização da escola. Hoje, como nunca, a comunicação social dá voz aos que proclamam o *Fim à escola democrática*, aos que exigem que se reconheça o direito dos pais (quais?) a escolherem a escola dos filhos, aos que defendem o cheque ensino, etc., etc..

Eu, tal como muitos professores, sonhei e acreditei que era possível ir construindo uma escola diferente, defendi, na teoria e no dia-a-dia, tanto quanto fui capaz, uma escola pública, de qualidade, culturalmente rica e para todos sem excepção, que promovesse a igualdade de oportunidades. Em vez disso, fomos vendo surgir cada vez mais vias alternativas em idades cada vez mais baixas, escolas de primeira e escolas de segunda, não resolvemos o problema da retenção e do abandono, da exclusão social. Teremos também nós, professores, alguma responsabilidade nisto mas não a única nem a maior ...

Alguns de nós (talvez já não tantos) ainda pensam que vale a pena lutar por essa escola que imaginámos, mas sabemos que isso só é possível com os professores, embora os professores não cheguem ... E é por isso que eu acredito mais numa equipa ministerial que tenha em conta os professores e o seu conhecimento prático, que os não despreze, que os envolva na discussão e nas mudanças que é preciso fazer, que seja exigente mas não autoritária, que assuma responsabilidades, uma equipa convicta de que *O que a Ministra da Educação diz deve importar!*

Adelina Precatado
Escola Secundária de Camões